



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

ISSN: 2318-0544

revbrasilsociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

Szwako, José; Dowbor, Monika; Pereira, Matheus M.

"Fronteiras dos Movimentos Sociais"

Revista Brasileira de Sociologia, vol. 8, núm. 20, 2020, Septiembre-, pp. 7-25

Sociedade Brasileira de Sociologia

Aracaju, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.794>

Disponibile en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595765946001>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

[redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

“Fronteiras dos Movimentos Sociais”

“Frontiers of the Social Movements”

José Szwako* 

Monika Dowbor** 

Matheus M. Pereira*** 

O adensamento da produção acadêmica sobre movimentos sociais na última década no Brasil, quer nas Ciências Sociais ou ao redor delas, se expressa hoje na consolidação de redes de pesquisa e espaços de debate acadêmico em fóruns como, por exemplo, as últimas edições do Congresso Brasileiro de Sociologia e os encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs). Junto a tais redes e fóruns, é

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Professor e pesquisador do IESP-UERJ, pesquisador do Núcleo Democracia e Ação coletiva (CEBRAP).

E-mail: zeszwako@iesp.uerj.br

** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e pesquisadora do Núcleo Democracia e Ação Coletiva (NDAC) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

E-mail: mdowbor@gmail.com

*** Universidade Vila Velha, Vila Velha, ES, Brasil.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (UVV).

E-mail: matheus.mazzilli@gmail.com

possível destacar como evidência robusta desse mesmo processo o volume crescente de dossiês temáticos¹, bem como de artigos publicados em diálogo constante e crítico com abordagens teóricas e autores internacionais (Szwako, Dowbor & Araújo, 2020).

O dossiê ora apresentado se insere nesse ritmo de adensamento, explorando, nesta apresentação e nos artigos a seguir, debates sobre fenômenos e abordagens que, há algum tempo, têm recebido crescente atenção de pesquisas de movimentos sociais, expandindo as fronteiras analítico-conceituais desse campo de estudos e, assim, desafiando-o. Nesse diálogo, partimos de um espírito de acúmulo, isto é, de uma busca pela incorporação e complexificação das entradas, posturas e agendas de pesquisa com amplo potencial analítico e, assim, esperamos enriquecer ainda mais este campo ao contribuir para o processo de ampliação de suas fronteiras temáticas e analíticas. Embora as “fronteiras dos movimentos sociais” sejam múltiplas, nos deteremos aqui sobre três debates emergentes relacionados ao tema, aqueles sobre os contramovimentos, a repressão e os coletivos. Os dois primeiros significam a inclusão de antagonismos em análises de movimentos específicos. Já o último nos desafia a revisitar nossas categorias e abordagens acerca dos processos organizativos dos movimentos sociais.

Tal como em sua gênese na virada da década de 1970 para os anos 1980, o debate brasileiro sobre movimentos sociais na última década acompanhou de perto as inflexões e disputas na arena político-institucional nos contextos pós-transição dos regimes autoritários. Em diversos países da América Latina, com os processos de redemocratização ocorridos no final do século XX e marcados pela alternância entre governos de corte mais neoliberal ou mais progressista, ocorre, em níveis variados, uma consolidação de direitos e a incorporação de diversos grupos sociais aos mais diferentes setores de políticas públicas.

No caso do Brasil, a agenda de pesquisa sobre movimentos sociais encarou, em especial, a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República em 2003, o desafio de compreender a disposição

1 Para mencionar apenas alguns exemplos de dossiês temáticos sobre movimentos sociais em periódicos brasileiros, é possível destacar os dossiês “Dinâmicas da Ação Coletiva” (Sociologias, 2011, v.13, n.28), “Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Participação” (BIB, 2016, n.82), “Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas” (Lua Nova, 2018, n.105), “Participação Política e Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo” (Ideias, 2018, v.9, n.1) e “Movimentos Sociais e Transformações do Ativismo Contemporâneo” (Educação & Sociedade, 2020, v.41).

e a expectativa de inúmeros atores da sociedade civil em se engajar em novos padrões de interação e encaixe no Estado brasileiro. Para o campo de estudos de movimentos sociais, essa dinâmica teve como efeito radicalizar o emprego de pressupostos relacionais na análise das interações socioestatais e tensionar a fronteira dicotômica entre Estado e sociedade (Abers & Von Bülow, 2011; Silva & Oliveira, 2011), por meio de conceitos tais como “repertórios de interação” (Abers, Serafim & Tatagiba, 2014), “domínios de agência” (Gurza Lavalle, Carlos, Dowbor & Swako, 2019), e “ativismo institucional” (Abers, 2019; Cayres, 2017). Nesse exercício, ao estudar os movimentos sociais, cientistas sociais se depararam com o desafio de levar a sério as nuances do sistema político brasileiro – a atuação de partidos políticos, autoridades legislativas, coalizões de *advocacy* e burocratas, as configurações dos subsistemas de políticas públicas e das relações Legislativo-Executivo, seus efeitos sobre os movimentos sociais e vice-versa (Abers, Silva & Tatagiba, 2018; Carone, 2018; Gurza Lavalle *et al.*, 2019; Carlos, Dowbor & Albuquerque, 2017; Pereira, 2018).

Assim, nossa agenda de pesquisa foi pródiga em perscrutar os padrões emergentes de interação entre partes da sociedade civil e do sistema político, lançando mão de categorias inovadoras ao mesmo tempo em que fazia a crítica de polarizações e heranças normativas que colocavam obstáculos à compreensão de determinados padrões nas interações socioestatais e dos seus efeitos sobre as autoridades, políticas e institucionalidades. À raiz dessa dupla transformação – política e teórica – estava o reconhecimento da plasticidade ambígua e da heterogeneidade do Estado (Dagnino, Olvera & Panfichi, 2006), *insight* precioso e, diga-se de passagem, ainda mais necessário em face dos dias e governos vigentes. Embora o sistema de justiça tenha ficado predominantemente escanteado no recalibramento da maior parte de nossas análises², as pesquisas que seguiram os atores em seus trânsitos entre instituições políticas e organizações movimentalistas avançaram na caracterização dos elos pelos quais se institucionalizam e se constituem mutuamente Estado e movimentos sociais, ambos atravessados, tensionados e conectados por suas heterogeneidades.

No compasso do conflito político, nossa área de estudos seguiu de perto também a dinâmica das ruas, em especial, desde o ciclo de protestos que atravessou o país em junho de 2013. De então até hoje, em plena pandemia

2 Exceções notáveis aqui foram as análises de Losekann (2013) e Maciel (2011).

do novo coronavírus, as ruas não cessaram de se mostrar como o lado cofabricante da política institucional. Dos protestos verde-amarelo pelo *impeachment* de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016 aos atos que se opunham ao golpe, passando pelas manifestações estudantis contra Michel Temer e pela vitória eleitoral de Jair M. Bolsonaro e chegando ao contexto mais imediato de crise político-sanitária, no qual se opuseram manifestantes antifascistas e manifestações pró-Bolsonaro, as ruas têm sido palco privilegiado para a *performance* de atores com *scripts* mais que variados, antagonísticos.

Desse modo, desde o ciclo de 2013, as ruas têm interpelado nossas agendas de pesquisa ao dar visibilidade a diversos fenômenos empíricos emergentes ou que não recebiam tratamento analítico próprio. Em primeiro lugar, a conflitualidade social brasileira tem dado visibilidade a redes e a atores da sociedade civil comumente negligenciados por nossas análises: movimentos sociais, não raro, autodenominados “conservadores”. Em segundo lugar, a centralidade dos ciclos de protesto na política brasileira dos últimos anos tem recolocado na agenda de pesquisa sobre movimentos sociais a temática de repressão policial à ação coletiva contestatória, ampliando-a para o estudo de novas formas de controle social. Por fim, o fortalecimento de mobilizações como as de estudantes, jovens, mulheres, negros, LGBTs e, mais recentemente, grupos antifascistas, tem ampliado a atenção de cientistas sociais à emergência de novos repertórios de ação e formas alternativas de organização que parecem estar associadas a visões e valores que buscam se distanciar dos formatos predominantes no período imediatamente anterior.

Consoante com as transformações nas dinâmicas e faces assumidas pelo conflito político nos últimos anos no país, este dossiê se indaga sobre temas que emergem na agenda de pesquisa brasileira sobre movimentos sociais, buscando preencher lacunas analíticas e empíricas que, a nosso ver, demandam seu devido escrutínio. Daí, então, a compreensão das fronteiras que se impõem teórico-politicamente à nossa reflexão, não inaugurando, mas, ao contrário, somando novas (ou não tão novas) camadas e categorias de análise àquela agenda que se dedicou, em boa parte, à análise da mobilização e de processos de institucionalização das reivindicações e atores de movimentos: contramovimentos, repressão e coletivos.

Cabem aqui, porém, duas ressalvas. Em primeiro lugar, a relação travada com as heranças teórico-analíticas das duas vertentes hoje clássicas – a do

confronto político e a dos novos movimentos sociais – é reflexiva, de modo que as questões levantadas por ambas guardam, a nosso ver, amplo potencial heurístico para a compreensão dos fenômenos aqui abordados, não sendo “superadas” por decreto teórico-normativo. Em segundo lugar, e por extensão, em nenhum dos casos este dossiê pretende estreitar o campo de investigações sobre tais fenômenos. Em sentido inverso, damos vez e continuidade a esforços exitosos de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros empreendidos nos últimos anos e sua contribuição consiste, numa visada relacional, em reforçar a importância de articular as pesquisas de movimentos sociais que costumamos estudar com personagens e formatos organizativos emergentes.

Em relação aos estudos sobre movimentos conservadores, é notável a ampla e rápida expansão do interesse das ciências sociais brasileiras no tema, expressa pela proliferação de livros e coletâneas sobre as direitas no Brasil nos últimos anos (Almeida & Toniol, 2018; Pinheiro-Machado & Freixo, 2019; Rocha & Solano, 2019; Solano, 2018; Velasco-e-Cruz, Kaysel & Cotas, 2015). Tais investigações têm desenvolvido olhares analíticos distintos sobre o tema, que expressam a diversidade das identidades e dos repertórios da direita no Brasil contemporâneo. Algumas dessas pesquisas recentes têm se dedicado à análise das direitas nas ruas, apontando para a consolidação, nos últimos anos, de um “repertório patriota” (Alonso, 2017; Alonso; Mische, 2016), que emerge ao longo do ciclo de junho de 2013 e se fortalece em meio ao processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff (Tatagiba, 2018; Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015). Outras pesquisas têm explorado a face menos visível da mobilização política das direitas, analisando os processos organizativos que sustentam sua ação nas ruas e analisando a formação e a atuação de grupos de orientações ideológicas diversas, desde liberal-conservadores, como o Movimento Brasil Livre (Rocha, 2015; 2019) até células neofascistas (Gonçalves & Caldeira Neto, 2020). Outro tema de destaque nessa agenda emergente tem sido a relação entre as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) – em especial, as mídias sociais – e a atuação política de organizações e “formadores de opinião” de direita (Amadeu da Silveira, 2015; Messenberg, 2017).

A atenção à mobilização coletiva das direitas foi acompanhada pelo crescente interesse acadêmico quanto ao seu fortalecimento institucional, partidário e eleitoral, retomando, por outro prisma, a importância da análise das relações entre Estado e movimentos (Codato, Bolognesi & Roeder, 2015;

Quadros & Madeira, 2018). Uma vez integradas, tais análises culminaram em um debate sobre os dilemas e desafios enfrentados contemporaneamente pela democracia brasileira (Avritzer, 2016) alimentado, ao menos em parte, por polêmicos processos de destituição presidencial ocorridos no Brasil e alhures (Szwako & Sivori, 2019). Diante desse cenário, as eventuais relações entre o fortalecimento de organizações e protestos conservadores nos últimos anos e as reconfigurações (rumo à extrema-direita) na política institucional ficam como questão ulterior ainda a ser respondida por outras pesquisas.

Em relação a esse tópico, a principal contribuição deste dossiê está na ênfase sobre a categoria “contramovimento” como ferramenta conceitual para a análise da ação coletiva conservadora. Argumentamos que, se tradicionalmente o campo de estudos sobre movimentos sociais isolou analiticamente a ação de movimentos progressistas em relação aos seus opositores, é necessário evitar a reprodução dessa perspectiva “movimentocêntrica” também na análise dos grupos conservadores. A ênfase nesse conceito parte, portanto, de uma valorização de pressupostos relacionais de análise que influenciaram a recente literatura brasileira sobre movimentos sociais, indicando que, para compreender a ação dos contramovimentos, é necessário analisar suas relações com os movimentos sociais e vice-versa. Ademais, a agenda de pesquisa constituída em torno desse conceito tem enfatizado que, assim como movimentos e instituições estão fortemente relacionados, o confronto entre movimentos e contramovimentos também se dá em relação à conflitualidade institucional (Meyer; Staggenborg, 1996). Nesse sentido, para adotar a expressão que deu nome aos grupos de trabalho sobre esse tema nos últimos encontros anuais da Anpocs, é possível pensar a dinâmica de confronto político que ocorre entre movimentos e contramovimentos “entre as ruas e os gabinetes”, permitindo uma articulação desse debate ao arsenal teórico-conceitual que se consolidou nos últimos anos no Brasil (Pereira, 2020).

Este dossiê reúne três artigos que contribuem para a ampliação de um olhar relacional para as dinâmicas de conflito entre movimentos sociais e seus opositores. Marcelo Silva e Matheus Pereira apresentam uma revisão da literatura nacional e internacional que tem definido teoricamente e mobilizado em pesquisas empíricas o conceito de “contramovimento”, apresentando a trajetória dessa ferramenta conceitual e os principais debates temáticos a ela relacionados. Os autores alertam, porém, para a

necessidade de uma apropriação reflexiva desse conceito pela literatura nacional, indagando-se sobre a peculiaridade da mobilização conservadora e/ou das elites no Brasil e sobre os limites do conceito para apreender essa especificidade.

Por meio das imagéticas descrições de programas midiáticos, Nicolas Wasser mostra como as dinâmicas de movimento/contramovimento se instalam na medida em que musicistas LGBT ganham, literal e simbolicamente, palcos de alta visibilidade e movimentos antigênero respondem a esses eventos através contínuos ataques a esses artistas, principalmente por meios digitais. Esses embates, contudo, não são eventos puramente culturais. As intervenções artísticas do movimento LGBT, pontua o autor, são articuladas numa linguagem política que se orienta pela ideia de combater diferentes formas de opressão enquanto o contramovimento dos setores conservadores intensifica sua mobilização no sentido de conter os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos.

Já no artigo “Entre o “cuidado da casa comum” e a “psicose ambientalista”: disputas em torno da ecoteologia católica no Brasil”, Renan W. dos Santos faz uma detalhada reconstrução da diversidade de enquadramentos relacionados com o meio ambiente no seio da Igreja Católica, no Vaticano e no Brasil. Nessa descrição o par analítico movimento/contramovimento permite retratar o combate entre, por um lado, a corrente pró-ambiental que conta com forte inclusão de elementos esotéricos, representada pelo ecoteólogo Leonardo Boff, e, por outro, o contraenquadramento conservador encampado pelo Instituto Plínio Correa de Oliveira (IPCO), espécie de *think tank* do conservadorismo católico brasileiro, que concebe a entrada da temática ambiental na Igreja Católica como expressão de uma “psicose ambientalista”. O autor mostra que a crítica do IPCO classifica a ecoteologia como ideologia que, na esteira do comunismo ou da teologia da libertação, “estaria voltada à dissolução dos milenares ensinamentos cristãos”. Embora de pouca adesão na Igreja, o autor demonstra que este enquadramento tem sido aproveitado por grupos conservadores que disputam a política institucional.

O segundo grande tema deste dossiê se refere a processos de repressão e controle social da ação coletiva. Ainda que menos numerosas em comparação aos estudos sobre as direitas no Brasil, investigações recentes sobre processos de repressão ao ativismo político têm produzido importantes contribuições

para uma análise sistemática da repressão em sua pluralidade de formas, fomentando diálogos com a vasta literatura internacional sobre policiamento de protestos, repressão e controle. Fora do debate acadêmico em seu sentido estrito, é possível destacar as pesquisas conduzidas pela organização não-governamental Artigo 19, que tem mapeado diversas formas de violação do direito ao protesto no Brasil, antes, durante e depois das manifestações públicas, destacando também iniciativas legislativas e decisões judiciais que convergem em direção a uma criminalização da ação coletiva contestatória (Artigo 19, 2014, 2015, 2016, 2018).

Seguindo essa mesma linha, a identificação das diversas táticas que compõem o “repertório policial” de policiamento a protestos empregues nos últimos anos no caso brasileiro (Fernandes & Câmara, 2018), bem como a análise dos processos de criminalização da ação coletiva contestatória por meio de inquéritos policiais, ações penais e decisões judiciais às quais ativistas de movimentos sociais foram submetidos (Almeida; Monteiro; Smiderle, 2020; Tavolari, Lessa, Medeiros, Melo & Januário, 2018) também têm sido alguns dos propósitos centrais de estudos acadêmicos sobre a repressão. Com a paulatina incorporação de novas TICs pelas forças policiais, estudos têm proposto também um diálogo entre pesquisas sobre movimentos sociais e vigilância, analisando de forma ampla o “controle social” da ação coletiva e destacando a incorporação de novas estratégias de policiamento a protestos nos últimos anos no Brasil, menos visíveis e alinhadas ao paradigma da “incapacitação estratégica” (Fernandes, 2018; 2020). Por fim, estudos também têm destacado o papel das disputas interpretativas em torno da violência nos confrontos políticos, em especial, ressaltando a relação entre mídia, forças policiais e *performances* de contestação marcadas pelo uso da força (Dowbor & Szwako, 2013; Silva & Fernandes, 2017).

Em relação a esse tema, o presente dossiê busca contribuir não apenas ao fornecer estímulos para a continuidade desse debate, mas também ao indicar caminhos analíticos que nos parecem profícuos. Em primeiro lugar, em que pese a importância de considerações de cunho normativo acerca do fenômeno da repressão, destacamos a importância de estudos empíricos analíticos que busquem, por meio de procedimentos metodológicos sistemáticos, caracterizar o fenômeno da repressão em sua diversidade. Acreditamos que esse tipo de estudo pode fornecer um olhar amplo sobre o fenômeno da repressão e do controle social em sua multiplicidade de táticas

e atores.

Entendemos, em segundo lugar, que, para compreender a relação entre polícia e movimentos sociais, é necessário um diálogo com o conhecimento acumulado pelo campo de estudos da segurança pública sobre a atuação das forças policiais no Brasil em processos de controle social que vão além do escopo da mobilização política propriamente dita. Por meio dessa aproximação, acreditamos ser possível a construção de estudos que evitem o isolamento analítico das conexões entre repressão, protestos e movimentos sociais em relação às demais interações entre polícia e sociedade, mapeando-se continuidades e rupturas nos padrões de ação policial em diversos contextos. Por fim, buscamos neste dossiê valorizar análises sobre as consequências da repressão e do controle social sobre as redes, os repertórios, as identidades e os discursos dos movimentos sociais, destacando, particularmente, as consequências não esperadas da ação das forças repressivas, novamente, tendo como inspiração teórica abordagens que destacam o caráter relacional, dinâmico e contingente da conflitualidade social.

O dossiê reúne três artigos que refletem teórica e empiricamente sobre o fenômeno da repressão política nos sentidos apresentados anteriormente. Eduardo Georjão Fernandes busca, na literatura internacional existente sobre o tema, definições conceituais que possam contribuir para a delimitação de um vocabulário compartilhado para a análise do “controle social da ação coletiva”. O autor mobiliza, ainda, a noção tilliana de “repertórios” para a construção e adaptação de tipologias que possam ser mobilizadas em investigações que busquem mapear empiricamente as características e transformações desse fenômeno. Por fim, o autor propõe um importante diálogo com o campo de estudos brasileiro sobre segurança pública para identificar características institucionais e culturais das polícias, que influenciam o controle social da ação coletiva no Brasil.

Já o artigo de Rafael Souza versa sobre um tema clássico em estudos sobre repressão: a interação tática entre ativistas e forças policiais em eventos de protesto. Analisando o ciclo de protestos de junho de 2013 na cidade de São Paulo, por meio de rigorosa análise empírica, o autor identifica mudanças nos trajetos realizados pelos ativistas ao longo do tempo. O pesquisador identifica diversos fatores que contribuíram para a ocorrência dessas transformações, destacando-se as disputas entre ativistas e forças policiais pelo controle de espaços públicos que propiciam visibilidade aos protestos, marcadas pela

experimentação e inovação contínuas nas táticas de ação coletiva e repressão. Em sua análise, Souza demonstra, ainda, que as interações entre policiais e manifestantes estão marcadas pela imprevisibilidade e pela contingência, gerando consequências inesperadas.

Enquanto os artigos anteriores estiveram focados em processos de repressão e controle social que visam os movimentos sociais, Taisa Sanches, Brena Almeida e Angela Paiva ampliam o olhar, investigando as reações movimentistas a processos de repressão e criminalização que visam populações marginalizadas nas grandes metrópoles brasileiras em seu cotidiano, aproximando estudos sobre desigualdades, segurança pública e movimentos sociais no Brasil. As autoras partem de uma reflexão teórica sobre os processos de criminalização e controle social repressivo da população marginalizada na cidade do Rio de Janeiro, identificando empiricamente iniciativas coletivas que buscam ampliar o reconhecimento da população periférica, como os museus comunitários e os atos públicos organizados por moradores de favelas, entendidos como partes do “repertório” de um movimento protagonizado por esses sujeitos.

Por fim, o terceiro tema destacado nesse dossiê se refere à emergência dos chamados coletivos nos últimos anos. Em especial após junho de 2013, ao lado dos atores coletivos da direita, que se tornaram visíveis, surpreendendo grande parte da academia, emergiram também atores vinculados às esquerdas, que passaram a usar a autodenominação de coletivos, distanciando-se da identidade de “movimentos”, embora tenham sido denominados por parte da literatura como “novíssimos movimentos sociais” (Gohn, 2017)³. Diante desse fenômeno, do ponto de vista conceitual, está em curso uma reflexão acadêmica que debate se essa formação societária exige a construção de uma categoria analítica própria (Marques & Marx, 2020; Perez & Silva Filho, 2018) ou se ela pode ser relacionada a outras formas associativas ou, ainda, ao próprio conceito de movimentos sociais.

Em paralelo a essa discussão conceitual, estudos têm apontado características desses atores. Por ora, a literatura mostra que, apesar de seu discurso de busca por “autonomia”, os coletivos não rejeitam na totalidade as interações com instituições políticas/Estado (Facchini, Carmo & Lima,

3 Vale ressaltar que o/a leitor(a) interessado/a neste assunto poderá acessar em breve um dossiê voltado exclusivamente a coletivos, organizado pelas colegas Maria da Glória Gohn, Claudio Penteado e Marcelo de Souza Marques na revista *Simbiótica* ainda este ano.

2020; Marques & Marx, 2020), conclusão contraintuitiva quando relacionada a um contexto de desconfiança no (e crise do) sistema de representação democrática. A principal “novidade” dos coletivos consistiria em suas formas de organização e em suas identidades.

Em relação ao primeiro desses pontos, parece-nos que tais atores resgatem elementos que estavam adormecidos no baú dos repertórios organizativos. A forma de organização desses atores coletivos seria um resgate de um modelo baseado em “uma estrutura organizacional moderna, sem hierarquias, destituída da figura central da ‘liderança política histórica’” gerando uma “organização de caráter mais dinâmico, baseada em laços afetivos, ação horizontalizada, ação política direta, e a partir de um forte sentimento de autonomia dos sujeitos tanto em relação uns aos outros como em relação a outras organizações sociais e políticas”, como apontam Marques e Marx (2020, p.12). Esses princípios de organização são construídos sobre a crítica e rejeição de outras organizações que operam, na visão dos ativistas, por princípios opostos.

Já em relação ao segundo aspecto, a literatura tem apontado para a emergência de novas dinâmicas identitárias presentes nos coletivos, marcadas pelos seguintes elementos: “pluralização das modalidades de engajamento militante; tendência à plurimilitância e a identidades multirreferenciais; agendas mais transversais” (Bringel & Sposito, 2020, p. 4). As iniciativas protagonizadas por jovens são um bom exemplo dessas ações coletivas, estando atravessadas pela centralidade dada à noção de experiência (que implica mudanças, fluidez e transitoriedade) e à noção de interseccionalidade (que abre possibilidade às articulações de aspectos identitários) no processo de construção de identidades coletivas (Sposito, Almeida & Corrochano, 2020).

A investigação das combinações entre estes dois elementos – organizacional e identitário, tanto no discurso quanto na prática dos atores – parece ser profícua em achados empíricos que resultem em ampliações conceituais e analíticas. Porém, como contribuição deste dossiê para esse tema, sugerimos que as lições do debate sobre os um dia chamados “novos movimentos sociais”, bem como as críticas a ele dirigidas, valem de inspiração para quem quer hoje entender os “coletivos”. E isso em duplo sentido. Por um lado, permanecem de pé os *insights* de Alberto Melucci (1996) sobre o caráter socialmente forjado das identidades dos movimentos

e, portanto, sobre a necessidade de não as tomar como categoria explicativa. Quer dizer, as identidades não explicam os movimentos. Cabe à análise, antes, entender como atores e atrizes em movimento forjam continuamente identidades coletivas através de suas relações de confronto e solidariedade. Assim, o caráter mais, ou menos, intersseccional das identidades dos coletivos deve ser apreendido como socialmente, contextualmente e relacionalmente construído a partir de heranças simbólicas e identitárias e, portanto, pesquisas em chave histórica e comparativa podem dar origem a uma melhor compreensão dos elementos de continuidade e inovação existentes nessas identidades – sempre forjadas.

Por outro lado, seguindo Pichardo (1997) e Calhoun (1993), as críticas dirigidas aos excessos dos teóricos dos “novos movimentos sociais” podem nos servir de alerta às idealizações hoje projetadas sobre os coletivos. Destacamos aqui três pontos. O primeiro deles se refere ao caráter de “novidade” do formato organizacional adotado pelos coletivos. A busca por formas de organização horizontalizadas e “autônomas” não constitui exatamente uma novidade na trajetória histórica dos movimentos sociais. A opção por organizações pouco hierárquicas, não formalizadas e solidárias ocorre quase de forma cíclica na biografia dos movimentos sociais, podendo ser citados como exemplos históricos o cooperativismo, o anarquismo, o feminismo, entre outros (Clemens; Minkoff, 2004; Freeman, 1972; Polletta, 2005).

O segundo desses pontos se refere ao tratamento dado ao fenômeno por seus analistas. Historicamente, a abordagem normativa adotada por alguns dos teóricos das chamadas TNMS tornou-se um obstáculo epistemológico para a construção de análises que pudessem superar dicotomias teóricas que impediam a compreensão das dinâmicas da ação coletiva e das interpretações dos próprios sujeitos sobre o ativismo político. Parece-nos que esse mesmo risco se apresenta no debate contemporâneo sobre os coletivos. Diante de tal risco, estimulamos aqui olhares analíticos sobre esse fenômeno, que busquem, através do diálogo com a vasta literatura existente sobre a organização dos movimentos sociais, compreender as diversas e contraditórias consequências de formatos mais ou menos hierárquicos e profissionalizados de organização (Piven & Cloward, 1977; Staggenborg, 1988; Voss & Sherman, 2000) e as disputas interpretativas e normativas dos próprios sujeitos em torno de seus diferentes “gostos por táticas” organizacionais (Jasper, 1997; Polletta, 2005).

Por fim, do mesmo modo que as chamadas “redes”, os coletivos podem ser analiticamente considerados um repertório organizacional (ou seja, uma forma de coordenar a ação e, ao mesmo tempo, de articular identidades). Nesse sentido, é fundamental reconhecer que dita inovação nas formas de arregimentar e canalizar energia coletiva não corre nem ocorre ao largo da articulação e mobilização de grupos conservadores. Assim, a emergência desses “novíssimos” atores corresponde a formas igualmente inovadoras de contradiscursos (ou, talvez possamos dizer, de “contracoletivos”) que, em alguma medida, nutrem suas estratégias em pânicos relacionados à ação e às identidades mobilizadas pelos coletivos. Sintoma adequado da reciprocidade impensada, porém muito viva, que enlaça o par movimento/contramovimento nesse caso, em nosso país, é, atualmente, a evocação da rejeição ao sistema político: desde polos opostos, uns e outros se dizem ferrenhos “críticos” do *establishment*.

Sumarizando nossos argumentos, destacamos que os coletivos se impuseram como rico objeto de análise para as ciências sociais brasileiras. Porém, alertamos que projeções e idealizações normativas – tais como a busca por grupos detentores de valores de novidade, autonomia e mudança societal – não nos parece ser o caminho analítico mais profícuo para sua análise e compreensão.

Já encarado por outros autores (cf. Perez & Silva Filho, 2018), o desafio de analisar os coletivos ecoa em nosso dossiê com “Ativismo, instituição e repertório autonomista”. Aliando revisão bibliográfica e uma abordagem etnográfica, o texto de Flavia de Faria acessa os bastidores dessas inovações no repertório organizacional contemporâneo. Atenta a suas interlocutoras, a autora nos leva aos labirintos da crítica antissistêmica e aos esforços de dois coletivos para se afastarem de discursos que negam o conflito político e, nele, o papel de intermediação dos partidos. De sua análise se extrai que a “horizontalidade” constitui uma busca por metodologias e lógicas menos hierarquizadas de funcionamento e de interação entre identidades, ao passo que, contextualmente entendida, a “autonomia” não é senão a evocação e reivindicação de autonomia sempre em relação a terceiros.

Fechando nosso dossiê com “Mulheres em cena: disputas em torno da inclusão de grupos marginalizados na 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo”, Ana Paula Rodrigues Diniz, Mariana Mazzini Marcondes e Beatriz Rodrigues Sanchez capturam a pluralidade de

coletivos que atuam no processo de reconstrução de identidades. Utilizando-se da Análise de Discurso, descrevem e analisam a disputa discursiva em torno da construção da categoria “mulher” e dos seus eixos de opressão ao longo da realização da conferência, em articulação aos embates em torno das regras do jogo, das representações de democracia e da legitimidade das protagonistas dessa instituição participativa. Concluem que, apesar de planejados a partir de uma concepção mais inclusiva de democracia, tais desenhos institucionais também reproduzem desigualdades e exclusões.

Para finalizar, gostaríamos que agradecer imensamente a todas e todos pareceristas que, em plena pandemia, fizeram o hercúleo trabalho de dialogar com o conjunto dos textos submetidos ao volume. Agradecemos, ainda, à Revista Brasileira de Sociologia e, em especial, a Adelia Miglievich e a Regina Vargas pela paciência e pelo apoio fundamentais na confecção do dossiê.

Esperamos, sinceramente, que as fronteiras aqui exploradas sirvam como uma espécie de bússola inspiradora para várias redes de pesquisas e gerações de pesquisadores sobre movimentos sociais. Mais ainda: para o público das Ciências Sociais brasileiras como um todo, esperamos que o dossiê possa oferecer pistas e alternativas que, defronte a dilemas políticos imensos, possam contribuir para que nossa comunidade epistêmica siga sua trajetória de aprimoramento e diversificação analítica.

Referências

- Abers, Rebecca. (2019). Bureaucratic Activism: pursuing environmentalism inside Brazilian State. *Latin American Politics and Society*, 61(2), 21-44.
- Abers, Rebecca, Serafim, Lizandra, & Tatagiba, Luciana. (2014). Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, 57(2), 325-357.
- Abers, Rebecca, Silva, Marcelo K., & Tatagiba, Luciana. (2018). Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, 105, 15-46.
- Abers, Rebecca, & Von Bülow, Marisa. (2011). Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, 13(28), 52-84.
- Almeida, Frederico, Monteiro, Filipe, & Smiderle, Afonso. (2020). A criminalização dos protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo (2013-2015). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(102), e3510211.
- Almeida, Ronaldo de, & Toniol, Rodrigo. (2018). *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Edunicamp.
- Alonso, Angela. (2017). A Política das Ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, especial, 49-58.
- Alonso, Angela, & Mische, Anne. (2016). Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, 36(2), 144-159.
- Amadeu da Silveira, Sérgio. (2015). Direita nas redes sociais online. In Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, & Gustavo Cotas (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (p. 213-230). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Artigo 19. (2014). *Protestos no Brasil – 2013*. São Paulo: Artigo 19.
- Artigo 19. (2015). *As Ruas sob Ataque: protestos em 2014 e 2015*. São Paulo: Artigo 19.
- Artigo 19. (2016). *Nas Ruas, nas Leis, nos Tribunais: violações ao direito de protesto no Brasil 2015-2016*. São Paulo: Artigo 19.
- Artigo 19. (2018). *5 Anos de Junho de 2013*. São Paulo: Artigo 19.
- Avritzer, Leonardo. (2016). *Impasses da Democracia no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Bringel, Breno, & Sposito, Marília Pontes. (2020). Apresentação do dossiê. *Educação & Sociedade*, 41, e238520. Epub July 22, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/es.238520>
- Calhoun, Craig. (1993). “New Social Movements” of the Early Nineteenth Century. *Social Science History*, 17(3), 385-427.
- Carlos, Euzeneia, Dowbor, Monika, & Albuquerque, Maria do Carmo. (2017). Movimentos Sociais e seus Efeitos em Políticas Públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas*, 17(2), 360-378.
- Carone, Renata. (2018). A Atuação do Movimento Feminista no Legislativo Federal: caso da Lei Maria da Penha. *Lua Nova*, 105, 181-216.
- Cayres, Domitila C. (2017). Ativismo Institucional e Interações Estado-Movimentos Sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, 82, 81-104.
- Clemens, Elisabeth, Minkoff, Debra C. (2004). Beyond the Iron Law: Rethinking the Place of Organizations in Social Movements Research. In David A. Snow, Sarah A. Soule, & Hanspeter Kriesi. *The Blackwell Companion to Social Movements*. USA, UK, Australia: Blackwell Publishing, 2004.
- Codato, Adriano, Bolognesi, Bruno, & Roeder, Karolina M. (2015). A Nova Direita Brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, & Gustavo Codas (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (p. 115-144). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Dagnino, Evelina, Olvera, Alberto, & Panfichi, Aldo. (2006). Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In A disputa pela construção democrática na América Latina (p. 13-91). São Paulo: Paz e Terra/ Unicamp.
- Dowbor, Monika, & Szwako, José. (2013). Respeitável Público... Performance e organização dos movimentos antes de 2013. *Novos Estudos*, 97, 43-55.
- Facchini, Regina, Carmo, Íris N. do, & Lima, Stephanie P. (2020). Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, 41, 2020.
- Fernandes, Eduardo G. (2018). Movimentos Sociais, Policiamento e Vigilância: um diálogo teórico a ser construído. *Mediações*, 23(1), 100-126.
- Fernandes, Eduardo G. (2020). *Entre Ruas, Câmeras e Redes: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Fernandes, Eduardo G., & Câmara, Gabriel G. (2018). Policiamento a Eventos de Protesto no Brasil: repertórios e modelos policiais no ciclo de protestos de junho de 2013 na cidade de Porto Alegre. *Polícia & Sociedade*, 17(39), 368-395.
- Freeman, Jo. (1972). The tyranny of structurelessness. *Berkeley Journal of Sociology*, 17 p. 151-164.
- Gohn, Maria da Glória. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez.
- Gonçalves, Leandro P., & Caldeira Neto, Odilon. (2020). *O Fascismo em Camisas Verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Gurza Lavalle, Adrian, Carlos, Euzeneia, Dowbor, Monika, & Swako, José. (2019), *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Jasper, James M. (1997). *The Art of Moral Protest: culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Losekann, Cristina (2013). Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. *Dados*, 56(3), 311-349.
- Maciel, Débora. (2011). Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(77), 97-111.
- Marques, Marcelo de S., & Marx, Vanessa. (2020). Os coletivos em cena. Algumas contribuições para o debate. *Simbiótica*, 7(3).
- Melucci, Alberto. (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press
- Messenberg, Débora. (2017). A Direita que Saiu do Armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes da direita brasileira. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3), 621-647.
- Meyer, David S., & Staggenborg, Suzanne. (1996). Movements, Countermovements, and the Structure of Political Opportunity. *American Journal of Sociology*, 101(6), 1628-1660.
- Perez, Olívia C., & Silva Filho, Alberto L.A. (2018). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, 11(1), 255-294.
- Pereira, Matheus M. (2018). Oportunidades Políticas em um Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova*, 105, 217-252.

- Pereira, Matheus M. (2020). Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 31, 301-338.
- Pichardo, Nelson. (1997). New Social Movements: a critical review. *Annual Review of Sociology*, 23, 411-430.
- Pinheiro-Machado, Rosana, & Freixo, Adriano de. (2019). *Brasil em Transe: bolsonarismo, novas direitas e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Cava.
- Piven, Francis F., & Cloward, Richard A. (1977). *Poor People's Movements: why they succeed, how they fail*. New York: Vintage.
- Polletta, Francesca. (2005). How Participatory Democracy became White: culture and organizational choice. *Mobilization*, 10(2), 271-288.
- Quadros, Marcos P. dos R.; Madeira, Rafael M. (2018). Fim da Direita Envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, 24(3), 486-522.
- Rocha, Camila. (2015). Direitas em Rede: *think tanks* de direita na América Latina. In Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, & Gustavo Codas (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (p. 261-278). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Rocha, Camila. (2019). “Imposto é roubo!”: a formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-*impeachment* de Dilma Rousseff. *Dados*, 62(3), e20190076, 1-42.
- Rocha, Camila, & Solano, Esther. (2019). *As Direitas nas Ruas e nas Redes*. São Paulo: Expressão Popular.
- Silva, Camila F., & Fernandes, Eduardo G. (2017). Ciclo de Protestos de 2013: construção midiática das *performances* de contestação. *Ciências Sociais Unisinos*, 52(2), 202-215.
- Silva, Marcelo K.; Oliveira, Gérson de L. (2011). A Face Oculta(da) dos Movimentos Sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 13(28), 86-124.
- Solano, Esther. (2018). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Sposito, Marília P., Almeida, Elmir de, & Corrochano, Maria C. (2020). Jovens em Movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. *Educação & Sociedade*, 41, e228732. Epub July 22, 2020.
- Staggenborg, Suzanne. (1988). The Consequences of Professionalization and Formalization in the Pro-Choice Movement. *American Sociological Review*, 53, 585-606.

- Szwako, José, & Sivori, Horacio. (2019). *Not about religion: Institutional discourses and interactions in the presidential indictments against F. Lugo in Paraguay (2012) and D. Rousseff in Brazil (2016)*. Congreso Feminismos y Conservadurismos en América Latina. CLACSO/México, Ciudad de México.
- Szwako, José, Dowbor, Monika, & Araújo, Ramon. (2020). A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, 92, 1-22.
- Tatagiba, Luciana. (2018). Entre as Ruas e as Instituições: os protestos e o *impeachment* de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, 17, 112-135.
- Tatagiba, Luciana, Trindade, Thiago, & Teixeira, Ana Cláudia C. (2015). Protestos à Direita no Brasil (2007-2015). In Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, & Gustavo Cotas (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (p. 197-212). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Tavolari, Bianca *et al.* (2018). As Ocupações de Escolas Públicas em São Paulo (2015-2016). *Novos Estudos*, 27(2), 291-310.
- Velasco e Cruz, Sebastião, Kaysel, André, & Cotas, Gustavo (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Voss, Kim, Sherman, Rachel. (2000). Breaking the Iron Law of Oligarchy: union revitalization in the American Labor Movement. *American Journal of Sociology*, 106, 303-349.

Submetido em 23 de outubro de 2020.

Aprovado em 15 de novembro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0